

# Modiano apresenta plano que prevê crescimento de 6% ao ano a partir de 92

por Fernando Dantas  
do Rio

O economista Eduardo Modiano, interlocutor constante da equipe econômica do presidente eleito Fernando Collor de Mello, apresentou o esboço de um plano de estabilização para o próximo governo, de contornos macroeconômicos, durante a primeira reunião deste ano do Fórum Nacional, realizada ontem no edifício-sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio.

Os objetivos básicos do plano, segundo Modiano, são a estabilização da economia, com baixas taxas de inflação, e a recuperação da capacidade de crescimento a taxas anuais de pelo menos 6% a partir de 1992.

O plano tem seis pontos: ajuste fiscal, sustentação do nível de consumo da população pobre diante de um inevitável processo recessivo, limitação dos pagamentos de juros da dívida externa a 50% do seu valor, liberalização gradual da economia, desindexação e política monetária e fiscal apertada durante dois anos. O ponto principal é o ajuste fiscal, que eliminaria o déficit público já no primeiro ano de mandato, e recuperaria a capacidade de poupança positiva do setor público. O ajuste envolveria uma componente ativa e outra passiva, causada pelo ganho de receita tributária conseqüente da queda da inflação.

"O ajuste ativo tem que vir primeiro", frisou Modiano. Essa componente reduziria o déficit público em 4 a 5% do PIB, ficando o efeito passivo encarregado de eliminar o restante. O ajuste ativo seria composto da eliminação de incentivos e subsídios, realinhamento de tarifas públicas, reforma administrativa (com eventuais demissões), aumento de impostos e um processo acelerado de privatização.

A limitação do serviço da

dívida externa a 50% do seu valor é um ponto a parte, pois a economia daí oriunda teria um fim específico: financiar um programa de manutenção do nível de consumo da população pobre, através de medidas assistencialistas.

Esse programa foi calculado macroeconomicamente em US\$ 7 bilhões — US\$ 5 bilhões provenientes da suspensão do pagamento de 50% dos juros, e os restantes US\$ 2 bilhões através de renegociação da dívida externa com agências multilaterais e governos de países desenvolvidos. "Os empresários podem esperar dois anos para que a economia volte a crescer, mas os trabalhadores não podem esperar dois anos para voltar a comer", disse Modiano.

O economista defende também um projeto de liberalização econômica gradual, que atingisse a meta de liberalização completa, em 4 a 5 anos. Em relação a desindexação, ele comentou que "é bom que o próximo governo não esteja dando muita importância a esse item, já que nos outros planos recentes de combate à inflação ele foi supervalorizado, em detrimento do mais importante, que é o ajuste fiscal".

Para o economista, a desindexação pode se dar por duas vias diferentes, uma vez que se tenha estabelecido como meta primordial a derrubada da inflação. A melhor hipótese, na sua opinião, seria através de uma negociação entre governo, empresários, agentes econômicos e representantes dos trabalhadores, visando a um "pacto distributivo". Essa possibilidade não incluiria necessariamente um congelamento.

A segunda e pior hipótese ocorreria diante da impossibilidade de se chegar a um pacto. "Nesse caso", disse Modiano, "as forças do mercado comandariam a desindexação, o que implicariam um custo recessivo maior".